

A geografia do voto nas eleições de 2022



Por CARLOS ÁGUEDO PAIVA*

O país é muito mais rico e nuançado e não cabe num modelo de “dois Brasis”: o conservador Sudoeste versus o Nordeste progressista

Os “dois Brasis” da eleição presidencial de 2022

Aparentemente, tanto a esquerda, quanto a direita, assumiram uma versão sobre a distribuição geográfica do voto no país que, do nosso ponto de vista, é demasiado simples. Desta perspectiva, o nordeste brasileiro, por ser o “responsável” pela eleição de Lula, seria a principal base eleitoral da esquerda no país. Por oposição, hoje, as regiões Centro-Oeste e Sul seriam o núcleo conservador no Brasil. E as regiões Norte e Sudeste se encontrariam divididas, a despeito de portarem um viés mais conservador do que progressista.

Esta leitura está longe de ser gratuita ou equivocada. Na verdade, se tomamos apenas a eleição presidencial por referência, ela é essencialmente correta. Um único exemplo é suficiente para demonstrar o ponto: a vitória de Lula sobre Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições nacionais de 2022 foi definida por uma diferença de 2 milhões e 140 mil votos. Mas apenas na Bahia a diferença pró-Lula foi de 3 milhões 740 mil votos. Vale dizer: a diferença pró-Lula neste único estado nordestino superou a diferença em todo o Brasil: não fosse a Bahia, Jair Bolsonaro teria sido vitorioso. E esta concentração espacial do voto pró-Lula já se manifestava no primeiro turno.

O Quadro 1, abaixo, busca traduzir a geografia do voto para Presidente. Ele foi ordenado pela percentagem de votação de Lula e de Jair Bolsonaro nas diversas Unidades da Federação (UFs). Ambos obtiveram, já no primeiro turno, mais de 50% dos votos em onze UFs. Apenas cinco delas - Amazonas, Minas Gerais, Amapá, Rio Grande do Sul e São Paulo - não deram maioria absoluta a qualquer um dos dois candidatos no início de outubro. Dentre os onze estados em que Lula conquistou maioria absoluta encontram-se os nove Estados do Nordeste e os dois Estados do extremo leste da Macrorregião Norte (Pará e Tocantins), na divisa com o Nordeste.

Por oposição, o voto de Jair Bolsonaro tem uma inflexão a “Sudoeste”, mas sua dispersão é maior. Ele obteve mais de 50% dos votos: (i) em todas as quatro UFs do Centro-Oeste; (ii) em duas das três UFs do Sul: PR e SC; (iii) em três das sete UFs do Norte: RO (na divisa com o Centro-Oeste), AC (a sudoeste da região Norte) e RR (UF da disputada reserva Yanomami); e (iv) em duas das quatro UFs do Sudeste: RJ e ES. A maior percentagem de voto em Jair Bolsonaro está no extremo Norte, em RR, com 69,57% já no primeiro turno. Porém, dada a baixíssima densidade demográfica do Norte do país, o total de votos obtidos por Jair Bolsonaro em RO, AC e RO correspondeu a 1,19% de sua votação nacional.^[i] Já sua votação em SC (quarta maior percentagem de voto em Bolsonaro do país) correspondeu a 5,29% do total nacional neste candidato.

Mas a grande vantagem eleitoral de Jair Bolsonaro sobre Lula vai se manifestar numa UF que sequer lhe deu vitória no primeiro turno: São Paulo. Quase um quarto dos votos de Bolsonaro (24,2%) tiveram origem neste Estado que, igualmente bem, lhe garantiu a maior vantagem absoluta sobre Lula: 1 milhão e 750 mil votos. Esta diferença é maior do que a obtida pelo candidato nas quatro UFs do CO somadas (1 milhão e 400 mil votos) que, por sua vez, equivale à vantagem de Bolsonaro em Santa Catarina. Assim, a despeito da maior dispersão geográfica, se tomamos a expressão absoluta e relativa do voto no país, confirma-se a inflexão a sudoeste do voto bolsonarista.

a terra é redonda

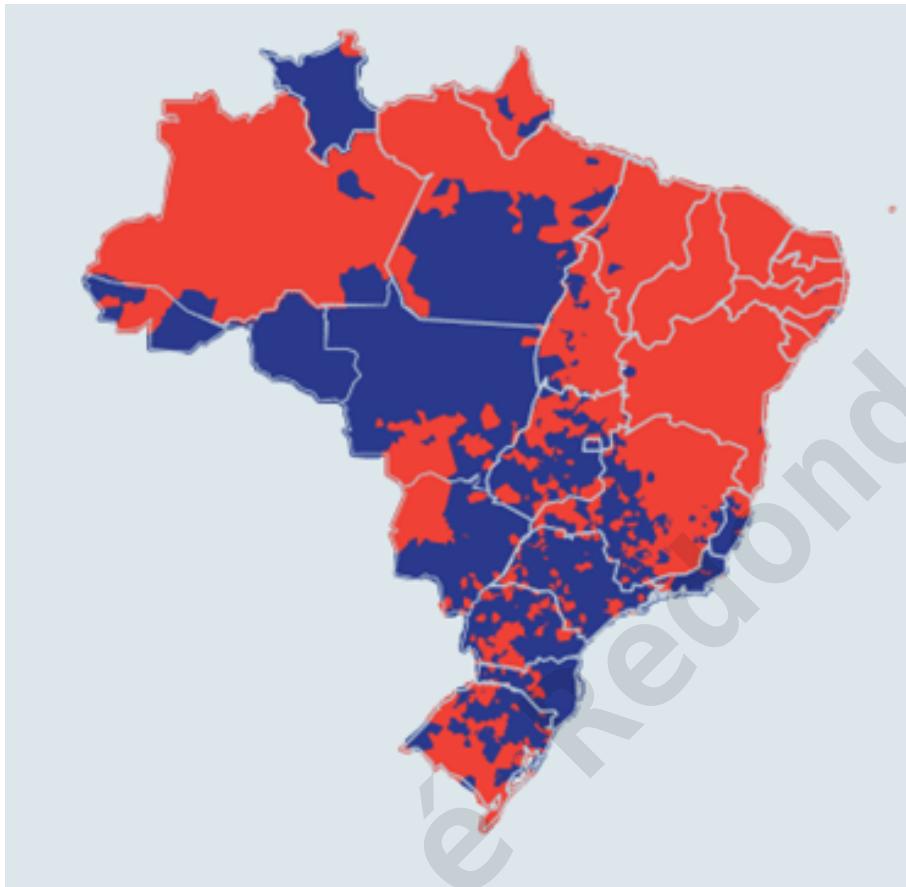
Quadro 1: Percentual do voto dos candidatos a Presidente por UF no Primeiro Turno das eleições presidenciais de 2022

Dist. do Voto	N UF	Território	Lula	Bolsonaro	Tebet	Ciro	Soraya	Dávila	Outros
	BRASIL	48,43%	43,20%	4,16%	3,04%	0,51%	0,47%	0,19%	
Lula com mais de 50%	1 NE - PI	74,25%	19,90%	2,06%	2,90%	0,64%	0,13%	0,12%	
	2 NE - BA	69,73%	24,31%	2,34%	2,58%	0,77%	0,14%	0,13%	
	3 NE - MA	68,84%	26,02%	2,07%	2,54%	0,23%	0,12%	0,18%	
	4 NE - CE	65,91%	25,38%	1,22%	6,80%	0,45%	0,13%	0,11%	
	5 NE - PE	65,27%	29,91%	1,77%	2,38%	0,38%	0,16%	0,13%	
	6 NE - PB	64,21%	29,62%	2,36%	3,15%	0,36%	0,17%	0,13%	
	7 NE - SE	63,82%	29,16%	3,24%	3,10%	0,34%	0,17%	0,17%	
	8 NE - RN	62,98%	31,02%	1,92%	3,57%	0,22%	0,15%	0,14%	
	9 NE - AL	56,50%	36,05%	3,91%	2,53%	0,62%	0,18%	0,18%	
	10 NO - PA	52,22%	40,27%	4,36%	2,48%	0,41%	0,13%	0,13%	
	11 NO - TO	50,40%	44,00%	2,93%	2,11%	0,32%	0,15%	0,09%	
Ninguém com + 50%	1 NO - AM	49,58%	42,80%	4,23%	2,16%	0,83%	0,25%	0,15%	
	2 SE - MG	48,29%	43,60%	4,17%	2,58%	0,37%	0,82%	0,17%	
	3 NO - AP	45,67%	43,41%	6,36%	3,39%	0,68%	0,29%	0,20%	
	4 SU - RS	42,28%	48,89%	4,79%	2,88%	0,38%	0,61%	0,17%	
	5 SE - SP	40,89%	47,71%	6,34%	3,50%	0,60%	0,72%	0,24%	
Bolsonaro com mais de 50%	1 NO - RR	23,05%	69,57%	4,34%	2,25%	0,38%	0,27%	0,14%	
	2 RO - RO	28,98%	64,36%	3,46%	2,14%	0,64%	0,27%	0,15%	
	3 NO - AC	29,26%	62,50%	4,56%	2,79%	0,55%	0,19%	0,15%	
	4 SU - SC	29,54%	62,21%	4,42%	2,05%	0,46%	1,13%	0,19%	
	5 CO - MT	34,39%	59,48%	3,04%	1,60%	0,69%	0,24%	0,56%	
	6 SU - PR	35,99%	55,26%	4,72%	2,75%	0,52%	0,58%	0,18%	
	7 CO - MS	39,04%	52,70%	5,29%	1,95%	0,54%	0,34%	0,14%	
	8 SE - ES	40,40%	52,23%	3,84%	2,53%	0,45%	0,38%	0,17%	
	9 CO - GO	39,51%	52,16%	4,64%	2,46%	0,78%	0,30%	0,15%	
	10 CO - DF	36,85%	51,65%	5,98%	4,22%	0,59%	0,45%	0,26%	
	11 SE - RJ	40,68%	51,09%	3,87%	3,19%	0,47%	0,46%	0,24%	
Indicadores de Dispersão	Média	48,11%	44,23%	3,80%	2,84%	0,51%	0,34%	0,18%	
	D-P	14,31%	13,58%	1,37%	0,96%	0,16%	0,25%	0,08%	
	CV	29,76%	30,69%	36,12%	33,76%	31,99%	73,35%	47,82%	

FDB: TSE: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/eleicoes-2022>

Tal inflexão também é perceptível quando observamos a distribuição dos votos nos cinco Estados que não deram vitória por maioria absoluta a qualquer dos dois candidatos no primeiro turno. Amapá (ao Norte do Pará, quase um apêndice deste Estado), Amazonas (no centro da Região Norte, na divisa com o Pará) e Minas Gerais (no norte da região sudeste, na fronteira com a Bahia) deram vitória parcial a Lula. Enquanto São Paulo e Rio Grande do Sul deram vitória parcial a Jair Bolsonaro. A Figura 1, abaixo, apresenta estes resultados de forma ainda mais clara.

Figura 1 – Distribuição Geográfica do Voto para Presidente no Primeiro Turno das Eleições de 2022



Fonte: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/2022/apuracao/primeiro-turno/>

As áreas vermelhas correspondem aos municípios onde Lula foi o candidato mais votado; as áreas azuis correspondem aos municípios onde Bolsonaro foi o candidato mais votado. Desde logo, o mapa traduz a polarização das eleições de 2022: não há um único ponto em outra cor; vale dizer: os candidatos da “terceira via” não foram os mais votados em nenhum município do Brasil. Mas, por isso mesmo (e contraditoriamente), o mapa esconde algo que o Quadro anterior revela: a distribuição geográfica dos votos dos distintos candidatos da “terceira via”.

Como regra geral, a ordem do percentual de voto dos quatro candidatos mais votados para além de Lula e Jair Bolsonaro foi a mesma no conjunto do Brasil e em cada um dos Estados. Tebet e Ciro são, respectivamente, terceiro e quarto colocados no Brasil todo e em 20 UFs. Soraya e D'avila são, respectivamente, quinto e sexto colocados no Brasil e em 22 UFs. Porém, emergem algumas trocas de posição entre estas duas “duelas”. Elas se encontram hachuradas com fundo verde claro no Quadro 1. Ciro supera Tebet em sete UFs. Todas do Nordeste. E D'avila supera Soraya nos três Estados do extremo sul, bem como em São Paulo e em Minas Gerais. O que revela duas dimensões: (1) Ciro não conseguiu se consolidar como uma candidatura “do PDT” e manteve-se em quarto lugar até mesmo em UFs onde esta sigla tem longa tradição e forte enraizamento, como RS e RJ; e (2) o Novo é um partido essencialmente sulista.

A vantagem do mapa em relação ao Quadro 1 encontra-se no fato de que ele traz à luz as regiões de cada UF em que Lula e Bolsonaro conquistaram maioria simples. Nesse sentido, chama a atenção a homogeneidade da ampla mancha “vermelha” que vai do norte de MG e do ES até o leste do AM, passando por todo o NE, o norte do PA e o AP. Os pontos azuis nesta grande mancha vermelha são muito raros. Já a área predominantemente azul, a sudoeste do país, apresenta inúmeras manchas rubras. E não são manchas quaisquer. Algumas são largas e contínuas como no noroeste do MS e sudoeste do MT. Outras são menores em termos espaciais, mas muito expressivas em termos demográficos. Este é o caso da mancha vermelha na Região Metropolitana de São Paulo (incluindo a própria capital) e da mancha que se inicia em Porto Alegre e segue em direção ao sul do RS, incluindo municípios como Pelotas, Rio Grande e Bagé, para, então, voltar-se para noroeste, englobando a larga faixa entre Santa Maria e São Borja.

A geografia do voto para governador: primeiros acordes dissonantes

A distribuição geográfica do voto para governador não é muito distinta do voto presidencial. Mas, tampouco, é sua reprodução fiel. No Quadro 2, abaixo, apresentamos o partido dos governadores eleitos em 2022 e comparamos com o partido do governador em exercício (em final de mandato) neste mesmo ano. Ordenamos as UFs pelo mesmo critério do Quadro 1, com vistas a facilitar a comparação. Além disso, hachuramos as células de acordo com a posição dos partidos nas eleições de 2022. O fundo vermelho foi adotado para os partidos que apoiaram a chapa Lula-Alckmin; o fundo amarelo para os partidos que apoiaram candidatos da terceira via; e o fundo azul para os partidos que apoiaram a candidatura Jair Bolsonaro.

Ainda que o PSD não tenha apresentado candidato próprio, nem tenha apoiado Lula ou Jair Bolsonaro, o classificamos como “terceira via”. Esta classificação deve-se ao fato de que, a despeito deste ser um partido essencialmente conservador (do chamado “Centrão”), ao longo do processo eleitoral Gilberto Kassab chegou a sinalizar com o apoio a Lula numa negociação que envolvia, em troca, o apoio de Lula ao candidato do partido em MG. O acordo nacional não foi firmado, mas foi suficiente para que o PSD adotasse uma postura mais equidistante entre as duas candidaturas presidenciais que polarizaram as eleições de 2022.

Quadro 2: Legenda dos Governadores que terminaram o mandato em 2022 e dos eleitos no mesmo ano

a terra é redonda

Ordem Vot Pres	Macrorregião	Unidade da Federado	Partido do Governador	
			2022	2023
1	NE	PI	PT	PT
2	NE	BA	PT	PT
3	NE	MA	PSB	PSB
4	NE	CE	PT/PDT	PT
5	NE	PE	PSB	PSDB
6	NE	PB	PSB	PSB
7	NE	SE	PSD	PSD
8	NE	RN	PT	PT
9	NE	AL	MDB	MDB
10	NO	PA	MDB	MDB
11	NO	TO	Repub	Repub
1	NO	AM	União	União
2	SE	MG	Novo	Novo
3	NO	AP	PDT	Solidá
4	SU	RS	PSDB	PSDB
5	SE	SP	PSDB	Repub
1	NO	RR	PP	PP
2	NO	RO	União	União
3	NO	AC	PP	PP
4	SU	SC	Repub	PL
5	CO	MT	União	União
6	SU	PR	PSD	PSD
7	CO	MS	PSDB	PSDB
8	SE	ES	PSB	PSB
9	CO	GO	União	União
10	CO	DF	MDB	MDB
11	SE	RJ	PL	PL

FDB: <https://arte.estadao.com.br/politica/eleicoes/geografia-do-voto/>

Em apenas 6 das 11 UFs em que chapa Lula-Alckmin obteve mais de 50% dos votos foram eleitos governadores dos partidos que fizeram parte da composição. Em um destes estados, PE, governado pelo PSB até 2022 e onde Lula conquistou 65,3% dos votos no primeiro turno, foi eleita uma governadora do PSDB. Em Tocantins, onde Lula também obteve mais de 50% dos votos, foi reeleito, já no primeiro turno, o governador Wanderlei Barbosa, do Republicanos. Em MG, onde Lula obteve 48,3% no primeiro turno e onde se constituiu uma frente ampla com PSD, PT, Rede, PSB, PCdoB e PV em apoio à candidatura de Alexandre Kalil, o governador Zema, do Novo, reelegeu-se no primeiro turno com 56,18% dos votos. A disputa em SP foi para o segundo turno, mas o vitorioso foi o ex-ministro de Bolsonaro, do Republicanos. De outro lado, no ES, onde Bolsonaro obteve 52,23% dos votos no primeiro turno, foi reeleito Renato Casagrande, do PSB.

Atravessando o samba: a composição da Câmara dos Deputados

A distância entre voto em Lula-Alckmin e nos governadores é real, mas algo sutil, e poderia ser atribuída a idiossincrasias políticas regionais e locais. Esta leitura, contudo, não se sustenta quando analisamos a eleição para a Câmara de Deputados por UF. Para simplificar a análise dos resultados, agregamos as 22 legendas que alcançaram eleger deputados federais em quatro grupos. No primeiro (com 122 deputados), incluímos os 9 partidos que apoiaram a chapa Lula-Alckmin,

a terra é redonda

vale dizer: PT, PCdoB e PV (Federação Brasil Esperança), PSOL e Rede (também federados), o PSB, Avante, Solidariedade e PROS. No segundo grupo (com 198 deputados empossados), incluímos os 3 partidos que apoiaram Bolsonaro - PL, PP e Republicanos - bem como 2 partidos que, a despeito de não terem apoiado formalmente esta candidatura, operaram como base de apoio durante seu mandato presidencial e na campanha: PSC e Patriota.

No terceiro grupo (89 deputados), incluímos aqueles partidos que sustentaram as candidaturas de Tebet (MDB, PSDB, Cidadania e Podemos) e Ciro (PDT) e que, no segundo turno, com maior ou menor empenho, apoiaram a chapa Lula-Alckmin. No quarto grupo (104 deputados) incluímos os partidos da “terceira via conservadora”, que se abstiveram de apoiar qualquer candidato no segundo turno, mas cujas bases eleitorais e várias lideranças regionais se alinharam com Jair Bolsonaro: União Brasil, Novo e PSD. O resultado está abaixo

Quadro 3: Estrutura da Câmara dos Deputados em 2023 por UF e por Orientação Político Partidária

Território	Bancada de Deputados Federais	Eleitos por Partidos que apoiaram a Chapa Lula-Alckmin			Eleitos por partidos que apoiaram a Chapa Bolsonaro-Braga Netto			Eleitos por Partidos que apoiaram Tebet ou Ciro no Primeiro Turno			Eleitos por União Brasil, Novo ou PSD		
		122	% em 122	% na Bancada da UF	198	% em 198	% na Bancada da UF	89	% em 89	% na Bancada da UF	104	% em 104	% na Bancada da UF
BRASIL	513	122	1,64%	25,00%	5	2,53%	62,50%	1	1,12%	12,50%	0	0,00%	0,00%
DF	8	2	1,64%	11,76%	5	4,04%	47,06%	4	4,49%	23,53%	3	2,88%	17,65%
GO	17	2	1,64%	25,00%	3	1,52%	37,50%	3	3,37%	37,50%	0	0,00%	0,00%
MS	8	2	1,64%	25,00%	4	2,02%	50,00%	2	2,25%	25,00%	2	1,92%	25,00%
MT	8	0	0,00%	0,00%	3	1,52%	37,50%	3	3,37%	37,50%	0	0,00%	0,00%
Centro-Oeste	41	6	4,92%	14,63%	20	10,19%	48,78%	10	11,24%	24,39%	5	4,81%	12,20%
AC	8	0	0,00%	0,00%	5	2,53%	62,50%	0	0,00%	0,00%	3	2,88%	37,50%
AM	8	0	0,00%	0,00%	3	1,52%	37,50%	1	1,12%	12,50%	4	3,85%	50,00%
AP	8	0	0,00%	0,00%	3	1,52%	37,50%	5	5,63%	62,50%	0	0,00%	0,00%
PA	17	2	1,64%	11,76%	3	1,52%	17,65%	9	10,11%	52,94%	3	2,88%	17,65%
RO	8	0	0,00%	0,00%	2	1,01%	25,00%	2	2,25%	25,00%	4	3,85%	50,00%
RR	8	0	0,00%	0,00%	3	1,52%	37,50%	2	2,25%	25,00%	3	2,88%	37,50%
TO	8	0	0,00%	0,00%	7	3,54%	87,50%	0	0,00%	0,00%	1	0,96%	12,50%
Norte	65	2	1,64%	3,08%	26	13,13%	40,00%	19	21,35%	29,23%	18	17,31%	27,69%
AL	9	2	1,64%	22,22%	4	2,02%	44,44%	2	2,25%	22,22%	1	0,96%	11,11%
BA	39	12	9,84%	30,77%	10	5,05%	25,64%	5	5,62%	12,82%	12	11,54%	30,77%
CE	22	3	2,46%	13,64%	6	3,03%	27,27%	6	6,74%	27,27%	7	6,73%	31,82%
MA	18	3	2,46%	16,67%	9	4,55%	50,00%	3	3,37%	16,67%	3	2,88%	16,67%
PB	12	2	1,64%	16,67%	9	4,55%	75,00%	0	0,00%	0,00%	1	0,96%	8,33%
PE	25	11	9,02%	44,00%	10	5,05%	40,00%	1	1,12%	4,00%	3	2,88%	12,00%
PI	10	5	4,10%	50,00%	2	1,01%	20,00%	0	0,00%	0,00%	3	2,88%	30,00%
RN	8	2	1,64%	25,00%	4	2,02%	50,00%	0	0,00%	0,00%	2	1,92%	25,00%
SE	8	1	0,82%	12,50%	3	1,52%	37,50%	0	0,00%	0,00%	4	3,85%	50,00%
Nordeste	151	41	33,61%	27,15%	57	28,79%	37,75%	17	19,10%	11,26%	36	34,62%	23,84%
PR	30	7	5,74%	23,33%	9	4,55%	30,00%	3	3,37%	10,00%	11	10,58%	36,67%
RS	31	9	7,38%	29,03%	10	5,05%	32,26%	9	10,11%	29,03%	3	2,88%	9,68%
SC	16	2	1,64%	12,50%	6	3,03%	37,50%	4	4,49%	25,00%	4	3,85%	25,00%
Sul	77	18	14,75%	23,38%	25	12,63%	32,47%	16	17,98%	20,78%	18	17,31%	23,38%
ES	10	3	2,46%	30,00%	5	2,53%	50,00%	2	2,25%	20,00%	0	0,00%	0,00%
MG	53	18	14,75%	33,96%	20	10,10%	37,74%	8	8,99%	15,09%	7	6,73%	13,21%
RJ	46	14	11,48%	30,43%	18	9,09%	39,13%	4	4,49%	8,70%	10	9,62%	21,74%
SP	70	20	16,39%	28,57%	27	13,64%	38,57%	13	14,61%	18,57%	10	9,62%	14,29%
Sudeste	179	55	45,08%	30,73%	70	35,35%	39,11%	27	30,34%	15,08%	27	25,96%	15,08%

FDB: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual>

Tal como seria de se esperar, quase 50% da bancada do Centro-Oeste é composta por deputados da base de Jair Bolsonaro. Mas já aqui emergem surpresas. A terceira via que apoiou Lula no segundo turno elegeu quase um quarto da bancada da região, a despeito de Ciro e Tebet terem conquistado, em conjunto, apenas 7,2% dos votos no Centro-Oeste. Além disso, 25% da nova bancada do DF e do MS são de deputados dos partidos que apoiaram a chapa Lula-Alckmin. No total, o “bloco de esquerda” elegeu 6 deputados no Centro-Oeste, quase 15% da bancada regional. Este resultado pode parecer insignificante. E de fato é, se compararmos a votação para a Câmara^[ii] com a votação em Lula no primeiro turno (que foi de 37,83% no Centro-Oeste). Contudo – e é para este ponto que queremos chamar a atenção – a votação no “bloco de esquerda” no Centro-Oeste foi muito superior à votação recebida por este mesmo bloco no Norte do país. E isto não é trivial.

Como se pode ver no mapa acima, a maior parte da Macrorregião Norte está “manchada de vermelho”. Não obstante, o bloco de esquerda elegeu apenas dois deputados nesta região, ambos pelo Pará. Dos oito deputados eleitos pelo Tocantins (onde Lula obteve 50,4% dos votos no primeiro turno), dois são do PL, dois são do PP, três são do Republicanos e um é da União Brasil. A performance do Amazonas e do Amapá (onde Lula obteve mais de 45% dos votos no primeiro turno) não foi tão conservadora: as duas UFs elegeram deputados dos partidos da “terceira via progressista”. Mas nenhum candidato do “bloco de esquerda” foi eleito nessas duas UFs.

De certa forma, a situação no Nordeste é ainda mais surpreendente. No primeiro turno das eleições, Lula obteve 68,84%

a terra é redonda

dos votos no Maranhão, 65,91% no Ceará e 64,21% na Paraíba. Mas dos 18 deputados eleitos pelo Maranhão, 9 são de partidos bolsonaristas, e os demais foram divididos igualmente entre os outros três blocos: vale dizer: os partidos do “bloco de esquerda” receberam menos de 20% dos votos neste Estado O Ceará elegeu 22 deputados; dos quais 5 são PL, 5 são PDT (partido de Ciro Gomes), 4 são União Brasil e 3 são PSD. O bloco de esquerda elegeu 3 deputados nesta UF; todos do PT.

Dos 12 deputados a que a Paraíba faz jus, 9 dos eleitos são do campo bolsonarista e 1 é da União Brasil: vale dizer: 83,3% são de partidos conservadores. É bem verdade que há UFs da região onde o desempenho da esquerda foi melhor. O exemplo extremo é o Piauí, onde dos 10 deputados eleitos na UF, 5 são do campo da esquerda. Mas os outros 5 são do campo conservador (PP e PSD). O que não deixa de ser um contraste com os 74,3% de voto em Lula (por oposição aos 19,9% de voto em Bolsonaro) no primeiro turno. Numa posição intermediária entre o padrão de MA, CE e PB e de PI temos Pernambuco e Bahia. PE faz jus a 25 deputados e elegeu 11 do bloco de esquerda, sendo que 5 do PSB e 1 de cada um dos demais partidos (exceto PSOL e PROS). Mas o bloco bolsonarista não ficou muito atrás: elegeu 10 deputados nesta UF. A Bahia elegeu 12 deputados do bloco de esquerda. Mas também elegeu 10 deputados dos partidos de apoio a Bolsonaro, 6 do União Brasil e 5 deputados da “terceira via Simone-Ciro”.

Do nosso ponto de vista, estes resultados mostram que o Nordeste é muito mais heterogêneo no campo político e apresenta um eleitorado mais conservador (ou, pelo menos “politicamente eclético”) do que pretendem aqueles que tomam os resultados para as eleições presidenciais como expressão necessária e suficiente do perfil político-ideológico da região. Na verdade, o conjunto dos resultados eleitorais do território revelam uma região que é mais “lulista” do que propriamente “de esquerda”. Vale notar que o PSOL não elegeu um único deputado em todo o Nordeste. E o PT só fez uma boa bancada (21 de um total de 69 eleitos pelo partido) em função da Bahia (7 deputados) e do Piauí (4). Nas demais UFs, a performance do PT foi bastante modesta.

A região sul também traz algumas surpresas, a começar pela diversidade. Dos 18 deputados eleitos na região pelo bloco de esquerda, 9 são do RS, 7 são do PR e apenas 2 são de SC. Quase 30% da bancada gaúcha é do bloco de esquerda, enquanto em SC esta percentagem é pouco superior a 10%. Há um pouco mais de homogeneidade na representação dos partidos da base de Bolsonaro: pouco mais de 30% da representação de cada um dos Estados. E este é um ponto importante a salientar: a bancada federal dos partidos bolsonaristas da região Sul corresponde a 32,47% da bancada total da região. Esta percentagem é elevada, mas é a mais baixa dentre todas as regiões do país.

Se tomamos os partidos da base de Jair Bolsonaro por referência, o Sul é menos bolsonarista do que o Nordeste, cuja bancada federal da base de Bolsonaro corresponde a 37,75% do total. De outro lado, a heterogeneidade da região volta a se manifestar nas “duas terceiras vias”. No PR, a “terceira via progressista” elege apenas 10% da bancada, enquanto ela ultrapassa os 25% no RS e em SC. Em compensação, quase 37% dos deputados paranaenses são da “terceira via conservadora”, sendo 4 da União Brasil e 7 do PSD.

O primeiro elemento que chama a atenção na análise do Sudeste é sua maior homogeneidade relativa e maior consistência entre os votos nas distintas candidaturas a presidente e os votos nos partidos que deram sustentação às mesmas. Esta característica não pode surpreender: SP, MG e RJ são os três maiores colégios eleitorais do país e o centro econômico e cultural do Brasil. Por contraditório que possa parecer, a diversidade interna alimenta a homogeneidade e a convergência do grupo, na medida em que deprime a expressão relativa de dimensões idiossincráticas, de cunho estritamente regional e/ou local. Veja-se, por exemplo, a participação do “bloco de esquerda” nas bancadas do ES (30%), MG (33,96%), RJ (30,43%) e SP (28,57%). Tomando a região como um todo, 30,73% da bancada eleita é do “bloco de esquerda”.

E, aqui, o segundo ponto a observar. A percentagem do “bloco de esquerda” no Sudeste é superior à percentagem do “bloco de esquerda” no país como um todo: 122 deputados num total de 513 correspondem a 23,78%. Mais: esta percentagem é superior àquela da Região Nordeste tomada como um todo. A bancada nordestina é composta por 151 deputados e o “bloco de esquerda” conta com 41 eleitos, perfazendo 27,15% do total. Não gratuitamente, o Sudeste foi responsável por quase a metade da bancada nacional do “bloco de esquerda”: 45,08% do total. Mais ainda: a representação de alguns partidos do bloco de esquerda assenta-se quase que integralmente nos três maiores colégios eleitorais, SP, RJ e MG: 91,6% da bancada do PSOL; 71,4% do Avante; 75% do Solidariedade; 100% da bancada do PROS; e 50% da bancada da Rede é composta de deputados eleitos nestes estados. Em suma: sem as UFs que elegeram Zema, Tarécio e Castro como governadores estaduais, tanto a expressão numérica do “bloco de esquerda” da Câmara Federal

seria menor (cairia de 122 para 69 deputados), como sua diversidade interna seria ínfima, pois partidos como PSOL, Avante, PROS e Rede não subsistiriam enquanto organizações viáveis dentro das cláusulas de barreira vigentes atualmente.

Conclusão

A geografia do voto para a Câmara Federal revela um país muito mais complexo e heterogêneo do que aquele que emerge de uma análise circunscrita à eleição presidencial. Ela traz à luz um Nordeste e um Norte mais conservadores e um Sudeste, um Sul e um Centro-Oeste menos conservadores do que mapa do Brasil na Figura 1 insinua.

Alguém poderia contra-argumentar que o voto para o executivo e o voto para o legislativo seguem lógicas distintas, e que é o voto para Presidente que melhor traduz o perfil político-ideológico do território. Se nos permitem uma “dialética simples”, diríamos que este contra-argumento é e não é legítimo. Ele é legítimo no sentido de que a opção do eleitor por este ou aquele candidato do legislativo é mediada por determinações que transcendem, em muito, o perfil ideológico do partido ao qual o candidato se vincula. Elementos como conhecimento pessoal, território de origem, benefícios esperados para a região, para si e/ou para o setor econômico em que o eleitor atua são tão ou mais importantes do que a inflexão ideológica do candidato e de seu partido.

Sem dúvida, este ponto é importante e verdadeiro. Não é gratuito que, volta e meia, ideólogos e políticos conservadores resgatem o projeto do parlamentarismo no Brasil. As eleições presidenciais têm uma dimensão “plebiscitária”, onde são contrapostos dois projetos; como regra geral, um projeto à esquerda (mais intervencionista, industrializante e distributivo) e um projeto à direita (de inflexão liberal, privatizante e avesso às políticas públicas de distribuição de renda). Num país excludente como o Brasil, em regimes democráticos a tendência é a vitória da esquerda. Daí a recorrência de golpes (como em 1954, 1964, 2016-2018) com vistas a recolocar a direita no poder. O projeto de parlamentarismo busca eliminar a dimensão plebiscitária da eleição presidencial sob o pressuposto de que o eleitorado continuará elegendo um Câmara por critérios “clientelísticos”, por oposição a critérios especificamente utópico-ideológicos.

Não obstante, há, também, um outro lado na questão. Como bem argumentou Putnam em seu *Comunidade e Democracia*, uma das principais expressões da cultura política oportunista do sul da Itália em contraste com o elevado capital social do norte encontra-se no padrão de voto: clientelista no sul e utópico-ideológico (partidário) no norte^[iii]. Vale dizer: um voto nas eleições proporcionais que se assenta primariamente em relações pessoais e em interesses profissionais e/ou em benefícios locais não é, necessariamente, a norma. Como, aliás, sabem(os) todos aqueles que votam por critérios definidos a partir do projeto social do partido. Votar em um candidato pelo que ele “prometeu fazer para mim” é, também, uma opção política. E ela comporta uma dimensão oportunista e conservadora.

Por fim, o fato de que o voto para Presidente tenha uma dimensão plebiscitária e seja marcado, fundamentalmente, por elementos utópico-ideológicos, não o torna isento de elementos de interesse pessoal e regional. Lula é nordestino e tem compromissos claros com o enfrentamento de desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Nordeste em todos os níveis: da infraestrutura (transposição do Rio São Francisco, Luz para Todos, Água para Todos, etc.) aos serviços de saúde (qualificação do SUS, Samu, etc.) e educação (interiorização das Universidades e Escolas Técnicas Federais, Pronatec, etc.). E, do nosso ponto de vista, tais compromissos explicam uma parcela não desprezível do “lulismo” nordestino (e nortista) por oposição ao “anti-lulismo” do sudeste.

O Brasil que votou em Jair Bolsonaro é, fundamentalmente, o Brasil incluído e que teme qualquer tipo de política pública redistributiva, seja entre classes sociais, seja entre regiões. Esse ponto fica muito claro nas “manchas vermelhas” nas UFs da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No RS, Lula teve maioria dos votos na Metade Sul, caracterizada pelo latifúndio e pelo baixíssimo dinamismo econômico. No PR, a grande mancha vermelha encontra-se no centro-oeste desta UF, em torno de Guarapuava, a região mais pobre e menos industrializada do PR. Em MG, a mancha vermelha encontra-se no norte e nordeste da UF, também ela a mais pobre e carente de políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento regional.

A grande mancha lulista no Centro-Oeste corresponde à região do Pantanal, de menor IDHM de MS e MT. O “lulismo” destas regiões não parece se assentar em qualquer hegemonia político-ideológica da “esquerda”, mas na crença de que são

necessárias políticas públicas de apoio à geração de emprego e de investimentos públicos federais nos territórios com vistas ao enfrentamento da estagnação econômica. Sem ser atrasada ou estagnada, a capital de São Paulo e seu entorno industrial também pode ser incluída nesse grupo: em função do processo de desindustrialização do país que já completa três décadas, a RMPS vem perdendo participação no PIB e no VAB brasileiro a cada ano que passa. E só poderá recuperar seu dinamismo anterior e incluir produtivamente parcela de sua população desempregada se forem adotadas políticas públicas ativas de apoio à indústria nacional. Em suma: o Brasil lulista é, antes de mais nada, um Brasil que demanda ações públicas de apoio ao desenvolvimento. Mas não é, necessariamente, um Brasil comprometido com todo o espectro da pauta da esquerda.

Nossa intenção, evidentemente, não é negar a inflexão política à esquerda do Nordeste. Todos os progressistas brasileiros têm uma dívida política com esta região do país, que nos salvou de mais 4 anos de desgoverno Bolsonaro. Nossa intenção é apenas alertar que o país é muito mais rico e nuançado e não cabe num modelo de “dois Brasis”: o conservador Sudoeste versus o Nordeste progressista. Sem o Sul e o Sudeste, a bancada do “bloco de esquerda” da Câmara Federal corresponderia a meros 40% do que ela é hoje. De sorte que também vale saudar e agradecer a importante contribuição política destas regiões para o enfrentamento do bolsonarismo no Brasil.

***Carlos Águedo Paiva** é doutor em economia e professor do mestrado em desenvolvimento da Faccat.

Notas

[i] Para além da votação nacional, há que se contabilizar a votação do exterior. A despeito de pouco expressiva, ela altera discretamente as percentagens de cada UF no total.

[ii] Note-se que estamos utilizando a percentagem de deputados eleitos em cada um dos “quatro blocos” como *proxy* da percentagem dos votos totais nos partidos incluídos em cada grupamento. Esta *proxy* está longe de ser perfeita. Ao utilizá-la, desconsideramos os votos atribuídos àqueles partidos que não atingiram o quociente eleitoral. Uma pesquisa mais rigorosa envolveria tomar por referência também estes votos. Não obstante, entendemos que os custos do levantamento desta informação não compensariam os benefícios obtidos. E isto por diversas razões. Mas duas são fundamentais. Em primeiro lugar, porque o nosso foco não são os partidos individuais, mas grandes blocos. Dessa forma, os desvios associados à desconsideração dos votos nos partidos que não atingiram o quociente tendem a se distribuir de forma equilibrada entre os quatro blocos, pois todos contam com partidos pequenos e de base essencialmente regional. Este é o caso do Solidariedade, PROS, Avante e Rede no bloco da esquerda; do PSC e Patriota no bloco bolsonarista; do Cidadana e do Podemos, na “terceira via progressista”, e do Novo, na “terceira via conservadora. De outro lado, todos os blocos contam com grandes partidos, estruturados nacionalmente, como o PT e o PSB na coligação vitoriosa, o PL e o PP, no grupo bolsonarista, o MDB, o PSDB e o PDT na terceira via progressista e o União e o PSD no bloco final. Estes partidos tendem a receber o voto de seus similares ideológicos nos territórios onde os partidos “nanicos” têm pouca ou nenhuma chance de conquistar representação.

[iii] A pesquisa de Putnam realizou-se antes da operação *Mãos Limpas*, a “Lava-Jato italiana”, que criminalizou a política e virtualmente destruiu com os partidos tradicionais, como a Democracia-Cristã, o Comunista (posteriormente, Democrático de Esquerda) e o Socialista.